Público
19-05-2025

# Leituras obrigatórias – sim ou não?

**Regina dos Santos Duarte**

FILIPA FERNANDEZ

Com nova revisão curricular à vista, impõe-se uma reflexão séria sobre o lugar das leituras obrigatórias nas aprendizagens dos alunos portugueses. O tema gera inevitavelmente debate entre professores, decisores políticos e famílias. À primeira vista, parece opor liberdade a imposição, gosto a obrigação, prazer a dever. Mas estas dicotomias são redutoras. A resposta deve ser clara: sim, as leituras obrigatórias são necessárias no currículo escolar. Contudo, não podem existir à custa da leitura por prazer – esta, sim, a que forma leitores para a vida.

É essencial que esta reflexão se fundamente em décadas de investigação, não em opiniões avulsas baseadas na experiência individual de leitura. O entusiasmo coletivo com as escolhas literárias escolares – quase comparável ao fervor pelo futebol – revela, felizmente, a centralidade simbólica da leitura na sociedade portuguesa. No entanto, decisões curriculares exigem conhecimento fundamentado, não opiniões. Sabemos que o currículo é ideológico e que as escolhas não são neutras. Ainda assim, é possível ambicionar um currículo que resista ao facilitismo das escolhas a preto e branco.

**Quanto às leituras obrigatórias**

As leituras obrigatórias não são apenas desejáveis: são indispensáveis. Permitem a construção de um património cultural comum, assegurando que jovens de origens diversas partilham referências, textos e imaginários da nossa memória coletiva. Questiona-se muitas vezes a leitura de obras complexas, seja pela linguagem, seja pelo contexto. No entanto, a dificuldade faz parte da aprendizagem. Não se exige menos complexidade na resolução de equações, na compreensão da fotossíntese ou na análise de eventos históricos. A literatura não deve ser exceção. Pelo contrário, é através da mediação adequada e de práticas pedagógicas bem estruturadas que se garante o acesso leituras exigentes de autores como Camões, Sophia ou Mia Couto. Esta é, afinal, uma das razões de ser da escola: tornar acessível o que, de outro modo, permaneceria inacessível.

Para isso, é imprescindível que os documentos curriculares – como as Aprendizagens Essenciais – definam com clareza o papel da literatura. Quando esta é vista apenas como ferramenta para o desenvolvimento linguístico ou cultural, corre-se o risco de reduzir o seu alcance formativo. No entanto, a leitura atenta das atuais orientações revela um excesso de ênfase no conhecimento metalinguístico e na análise literária formal. A identificação de recursos expressivos ou a contextualização histórica, embora relevantes, não esgotam a experiência estética e crítica da leitura. Reduzir a literatura à sua dissecação técnica limita o desenvolvimento do pensamento crítico e da fruição. Ler literatura é, antes de mais, viver a experiência do texto, refletir sobre o que ele nos diz e interrogar o mundo à sua luz. Estas são competências complexas de leitura que não necessitam de invocar todo o conhecimento histórico, contextual, crítico, para que consigamos interpretar de forma aprofundada o texto.

A literatura é, acima de tudo, um espaço de encontro com a linguagem, com o outro e consigo próprio. Ensinar literatura implica trabalhar, de forma integrada, os mandatos que lhe são atribuídos: o desenvolvimento pessoal, social, cultural e linguístico. Estes mandatos não se excluem – complementam-se – e o currículo deve assegurar esse equilíbrio.

**Quanto à leitura por prazer (ou autónoma, ou extensiva):**

A par das leituras obrigatórias, é igualmente necessário adotar uma política ativa de diversidade textual, reconhecendo os diferentes perfis de leitores. A possibilidade de escolha – de livros, géneros, autores – é essencial para que a leitura se torne um gesto autónomo, movido pelo prazer e não apenas pela obrigação. Garantir o acesso a obras de qualidade ao mesmo tempo que se respeitam preferências individuais é um direito dos alunos e uma responsabilidade da escola, que deve articular o cânone com outras propostas, sem reducionismos.

Importa também reconhecer uma tendência preocupante: o decréscimo do prazer na leitura. Para muitos alunos, ler – sobretudo literatura – tornou-se sinónimo de obrigação. Esta dissociação entre leitura e prazer compromete a construção de hábitos leitores e afasta os jovens dos livros. Ao nível internacional, esta é uma das principais causas apontadas para a quebra de índices de leitura. Portugal arrisca-se a um duplo fracasso: baixos níveis de literacia e ausência de gosto pela leitura.

As escolas correm o risco de falhar a dois níveis: por um lado, o de não desenvolverem as competências superiores de leitura – inferência, comparação, avaliação –, que permita interpretar textos com autonomia; por outro, o de não garantirem espaço para uma leitura livre, escolhida pelos alunos, que promova a fruição e crie vínculo com os livros. Precisamos de um currículo que não tema o prazer de ler, como se ele fosse a via mais fácil. Não o é. A experiência subjetiva da leitura é cognitivamente mais exigente e mais formativa.

**Reduzir a literatura à sua dissecação técnica limita o desenvolvimento do pensamento crítico e da fruição**

A leitura por prazer não é um luxo. É uma via essencial para formar leitores autónomos – leitores que leem porque querem, e não apenas porque têm de o fazer. Essa leitura só floresce num currículo que valorize a diversidade, a escolha e o acesso efetivo aos livros. A liberdade de leitura constrói-se com base sólida: leituras exigentes, sim, mas também leituras por deleite, mediadas com inteligência, sensibilidade e rigor. Só assim se formarão leitores completos – críticos e apaixonados –, dos quais o mundo atual tanto necessita.

Infelizmente, muitas decisões curriculares continuam a ignorar os dados consolidados da investigação: a leitura literária promove pensamento crítico, bem-estar emocional e competência linguística. Estes benefícios, amplamente demonstrados, deveriam ser pilares das políticas educativas. Sempre que se privilegiam agendas ideológicas em detrimento de fundamentos pedagógicos, perdem-se oportunidades de construir uma escola mais justa e intelectualmente mais exigente.

A verdadeira liberdade do leitor começa com textos que o desafiem, o convoquem e o formem. E essa base constrói-se com leituras exigentes e diversas – umas obrigatórias, pelo trabalho; outras livres, pelo prazer.

**Comissária do Plano Nacional de Leitura**